

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Carlos Guilherme Reiter de Oliveira

**CAIO PRADO JR.: TESES HISTORIOGRÁFICAS E SEU DEBATE POLÍTICO NO INTERIOR
DA ESQUERDA BRASILEIRA E DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Jorge Gomes de Souza Chaloub

Juiz de Fora
2019

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Carlos Guilherme Reiter de Oliveira, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201673024A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **CAIO PRADO JR.: TESES HISTORIOGRÁFICAS E SEU DEBATE POLÍTICO NO INTERIOR DA ESQUERDA BRASILEIRA E DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO**, desenvolvido durante o período de 05/08/2019 a 27/11/2019 sob a orientação de Jorge Gomes de Souza Chaloub, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Carlos Guilherme Reiter de Oliveira

CAIO PRADO JR.: TESES HISTORIOGRÁFICAS E SEU DEBATE POLÍTICO NO INTERIOR DA ESQUERDA BRASILEIRA E DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

Carlos Guilherme Reiter de Oliveira¹

RESUMO

O presente texto busca analisar, em linhas gerais, as principais teses de Caio Prado Jr. à cerca da formação histórica do Brasil, apresentadas nas obras *Evolução Política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) e *História Econômica do Brasil* (1945), e expor sua atuação no debate intelectual e político de sua época, sobretudo no interior do Partido Comunista Brasileiro. A análise das teses historiográficas não pretenderá expor todos os pontos trabalhados pelo autor, mas aqueles essenciais para a compreensão das posições defendidas por Caio Prado na sua atuação política. Buscarei demonstrar como o método marxista, ou materialismo histórico dialético, adquiriu diversas correntes na análise da realidade brasileira, e latino-americana, e na atuação política dos autores. E como essas correntes se defrontaram, por vezes contrariando umas às outras.

PALAVRAS-CHAVE: Caio Prado Jr.. História. Marxismo.

Introdução

Buscarei investigar algumas das teses historiográficas apresentadas por Caio Prado Jr. acerca da formação histórica brasileira assim como alguns dos pontos centrais do debate travado por ele contra algumas das posições teóricas e práticas adotadas pela esquerda brasileira no período anterior ao golpe civil-militar de 1964. O texto será dividido em três partes: Teses historiográficas, Questões teóricas e políticas e Conclusão.

Teses historiográficas

“Há muito se faz sentir a necessidade de uma historiografia que não seja a glorificação das classes dirigentes”

- Max Beer

A importância de Caio Prado para o pensamento social brasileiro reside em sua originalidade na compreensão do ser e do ir sendo Brasil, destoando das concepções correntes em sua geração, como em Gilberto Freyre, por exemplo, e de tradições historiográficas que atuavam como “glorificação das classes dirigentes”, a exemplo, a interpretação da independência brasileira do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), amplamente difundida no início do século XX, como nos mostra Jorge Miguel Pedreira:

A idéia de que o brado de independência do príncipe d. Pedro, em 1822, deu voz a um sentimento nacional anterior tem raízes profundas na cultura e na historiografia brasileiras [...] Essa idéia de uma nação à espera de ser, aspiração de um povo, começa a se revelar nos trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – que enraízam no tempo a legitimidade do jovem império – e é reafirmada durante os primeiros tempos da República brasileira [...] A suposição de que o Brasil existia enquanto nação antes ainda da independência [...] seria mais tarde questionada. O reexame do caráter da colonização, considerada no quadro do capitalismo internacional, e a introdução dos conflitos entre classes sociais na análise do processo da independência levaram Caio Prado Júnior a sustentar, pelo menos desde a década de 1940, que “a sociedade colonial era incapaz de fornecer a base, os fundamentos para constituir-se em nacionalidade orgânica”. (PEDREIRA, 2006, p. 56-7)

¹Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: royreiter@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Jorge Gomes de Souza Chaloub.

Ao buscar no passado colonial as raízes dos traços fundamentais que marcam o país Caio Prado nos apresenta sua principal tese, o sentido da colonização, colocando o nascimento da colônia como produto da expansão do capitalismo mercantil e diferenciando o modo como se deu a colonização do território que viria a se tornar o Brasil da ocorrida em outras regiões onde as nações européias desembarcaram.

precisamos reconstruir o conjunto da nossa formação colocando-a no amplo quadro, com seus antecedentes, desde três séculos de atividade colonizadora que caracterizam a história dos países europeus a partir do século XV; atividade que integrou um novo continente na sua órbita; paralelamente aliás ao que se realizava, embora em moldes diversos, em outros continentes: a África e a Ásia. Processo que acabaria por integrar o Universo todo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno, em que a Europa, ou antes, a sua civilização, se estenderia dominadora por toda parte. Todos estes acontecimentos são correlatos, e a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso. (PRADO, 1961, p. 14)

O objetivo inicial das nações européias que se lançaram nas grandes navegações era o de estabelecer rotas comerciais com territórios já conhecidos, “A idéia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por esse território primitivo e vazio que é a América; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis.” (PRADO, 1961, p. 17-8) O encontro com o novo continente se apresentou primeiro como obstáculo. Diante desse quadro, a impossibilidade de se chegar ao Oriente atravessando o novo continente, o aproveitamento do novo território, a possibilidade de se explorar riquezas que compensassem o empreendimento ultramarino, se dá, no território que será posteriormente o Brasil, visto de modo geral, a agricultura. O que não é exclusividade do caso da colonização portuguesa nas Américas, mas é o que nos interessa. Como nos diz Caio Prado:

A superfície do solo e seus recursos naturais constituíam, naturalmente, única riqueza da colônia. Não éramos como as Índias, um país de civilização avançada, cujo aproveitamento pelos conquistadores se pudesse fazer pelo comércio ou pelo saque – que na época se confundiam num só e mesmo conceito. Aqui uma só riqueza: os recursos naturais; daí uma só forma de exploração: a agricultura ou a pecuária, subordinadas ambas à posse fundiária. (PRADO, 2012, p. 14)

E esse fator nos lança a questão de como vai se realizar a exploração do novo território conquistado pelos colonizadores portugueses. Já nas primeiras décadas de domínio português a mão de obra escrava já era empregada para a realização da produção dos gêneros que seriam enviados para o velho continente, quase um século antes do mesmo sistema ser adotado nas colônias do norte americano, que se inicia no início do século XVII. Nas regiões temperadas, ao norte do continente americano, a colonização, de acordo com Caio Prado, carrega fatores que não correspondem às regiões tropicais e subtropicais, fatores esses que são de grande importância para a compreensão da tese do sentido da colonização. O clima dessas regiões, mais compatível com o clima de boa parte das nações colonizadoras, e o tipo de imigração, que não se estabelece por motivos estritamente econômicos, faz surgir características que diferenciam, no decurso histórico, o desenvolvimento das colônias. Enquanto nas regiões temperadas podemos encontrar, já no início da colonização, o emprego do trabalho livre, ou com possibilidade de libertação, nas regiões tropicais e subtropicais o emprego do trabalho escravo, indígena ou africano, é a regra geral, a grande propriedade fundiária trabalhada pelo braço escravo vai ser o eixo de sustentação econômica do sistema colonial. A pequena propriedade trabalhada pelo braço livre foge a essa regra apesar de poder ser encontrada na região sul do território conquistado pelos portugueses, mas o que vai caracterizar o desenvolvimento econômico da colônia é a grande propriedade rural para a exportação de gêneros tropicais para a Europa.

Como se vê, as colônias tropicais tomaram um rumo inteiramente diverso do de suas irmãs da zona temperada. Enquanto nestas se constituirão colônias propriamente de povoamento, escoadouro para excessos demográficos da Europa que reconstituem no novo mundo uma organização e uma sociedade à semelhança do seu modelo e origem europeus; nos trópicos, pelo contrário, surgirá um tipo de sociedade inteiramente original. Não será a simples feitoria comercial, que já vimos irrealizável na América. Mas conservará no entanto um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que reúne à natureza pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados. Há um ajustamento entre os tradicionais objetivos mercantis que assinalam o início da

expansão ultramarina da Europa, e que são conservados, e as novas condições em que se realizará a empresa. (PRADO, 1961, p. 24-5)

O modo como vai se desenvolver as categorias econômicas no território conquistado pelos portugueses está completamente subordinado ao controle da metrópole portuguesa, o que vai limitar em diversas ocasiões uma evolução das formas em que vai se assentar a existência da população que o ocupa, seja população livre chegada às costas, povos originários ou o braço escravo. A formação social do Brasil vai carregar no seu desenrolar histórico uma contradição essencial, de um lado a população livre que realizará o controle das atividades econômicas e usufruirá de seus frutos, sejam eles assentados no território ou comerciantes ultramarinos, e os que realizarão a administração colonial, e de outro uma massa de humanidade que têm sua existência apenas como força de trabalho, seja o braço escravo, negro e indígena, seja a parcela de população livre que está excluída das atividades econômicas e administrativas.

Da simplicidade da infra-estrutura econômica – a terra, única força produtiva, absorvida pela grande exploração agrícola – deriva a da estrutura social, a reduzida classe de proprietários, e a grande massa que trabalha e produz, explorada e oprimida. (PRADO, 2012, p. 29)

O controle da metrópole sobre a colônia vai se delineando de forma mais clara à medida que vai se desenvolvendo as atividades econômicas, o que, como já vimos dizendo, vai limitar o desenvolvimento das categorias econômicas que aqui se observavam. Já na metade do século XVII já há exemplos de leis que reforçam o controle da metrópole sobre a colônia.

Em 1661 é proibido o comércio da colônia a todos os navios estrangeiros. A proibição é renovada ano seguinte (Cartas Régias de 21 de julho de 1661 e 27 de janeiro de 1662). Em 1684 é vedado aos navios saídos do Brasil tocarem em portos estrangeiros (...) Em 1711 (Carta Régia de 8 de janeiro) chega a proibir aos moradores do Brasil passarem-se diretamente a países estrangeiros. Tudo deveria fazer-se pelo Reino, que assim canalizava para si toda nossa atividade comercial. Portugal se erigia em intermediário necessário dos nossos negócios externos. (PRADO, 2012, p. 35-36)

Nesse sentido, podemos considerar que as limitações ao desenvolvimento econômico da colônia estão diretamente relacionadas com o desenvolvimento da metrópole portuguesa, e posteriormente, na pós-independência, esse traço fundamental do funcionamento econômico brasileiro obtém traços de continuidade. A posição ocupada pela economia brasileira no funcionamento do sistema capitalista mundial lhe outorga um estreito desenvolvimento.

A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país (...) Economia de exportação, constituída para o fim de fornecer gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais aos países e populações das regiões temperadas da Europa e mais tarde também da América, ela se organizará e funcionará em ligação íntima e estreita dependência do comércio ultramarino em função do qual se formou e desenvolveu. Será essencialmente uma economia colonial, no sentido mais preciso, em oposição do que denominaríamos de economia “nacional”. (PRADO, 1974, p. 270)

Questões teóricas e políticas

“Uma revolução radical só pode ser a revolução de necessidades reais.”

- Karl Marx

Como visto na sessão anterior, a contribuição de Caio Prado para a compreensão da formação histórica brasileira destaca-se pela originalidade de suas idéias no interior do debate político e intelectual de sua época. A tese do sentido da colonização como eixo central de seu pensamento faz com que, em face das idéias reinantes sobre a realidade brasileira e a estratégia política adotada pelas esquerdas, sua posição seja de obstinada crítica, principalmente no interior do PCB.

Caio Prado era um pensador marxista desvinculado do modelo interpretativo e político democrático-burguês. Enquanto, a meu ver, o PCB seguia, explicitamente, a orientação de Lênin e da III Internacional, Caio Prado rejeitava essa análise do passado brasileiro e o seu projeto revolucionário [...]

não falará de feudalismo nem de revolução democrático-burguesa, mas de subcapitalismo e de revolução permanente, que desembocará a longo prazo no socialismo, sem a etapa intermediária da transição ao capitalismo, que seria desnecessária, pois o Brasil já era capitalista desde a origem. [...] Seu objeto de reflexão e pesquisa é a 'especificidade' do tempo histórico brasileiro, que pode ser conhecida à luz do marxismo desde que se evitem repetições teóricas mecânicas e inadequadas à realidade brasileira. (REIS, 2007, p. 179-80)

Para melhor se compreender a relevância que suas reflexões têm, tanto em seu período histórico, quanto nos dias que correm, é preciso avaliar primeiramente o ambiente político e intelectual no qual ele está inserido, assim como a corrente intelectual da qual é signatário, haja vista, a hegemonia das teses *etapistas* da III Internacional na esquerda brasileira, cuja conseqüência é a tese de superação do feudalismo e a revolução democrático-burguesa com apoio de setores radicalizados da burguesia, e o marxismo como corrente teórica predominante, em que nosso autor representa um salto qualitativo para a nacionalização dessa corrente.

Começando pela corrente teórica, há de se avaliar, primeiramente, a relevância que certas idéias podem assumir para servirem de aporte na análise de certa realidade, assim como os caminhos que ela pode vir a apontar e as conclusões a que pode chegar ao decorrer da investigação.

Há duas atitudes principais em relação ao procedimento que se deve adotar quando se estuda a história das idéias. A primeira reivindica a autonomia de certas idéias, já que elas teriam valor universal, tendo se convertido em "clássicas". Assim, as questões que colocam continuariam a valer para além das sociedades e épocas em que foram geradas. A outra abordagem, em contraste, considera que o que explica as idéias é o contexto mais amplo em que foram produzidas. Portanto, seria só a partir do entendimento de certas condições específicas, sejam elas sociais, econômicas, políticas ou culturais, que teriam originado certas preocupações, que se poderia explicar as idéias. (RICUPERO, 2000, p. 37)

Nesse sentido, seria correto afirmar que só poderia haver dois destinos para as idéias produzidas por qualquer autor, serem transformadas em dogmas ou serem diluídas no contexto histórico em que foram geradas. Mas, como nos mostra Ricupero, uma coisa não exclui a outra, e certas idéias transcendem o ambiente em que foram gestadas,

Acreditamos, portanto, que ao mesmo tempo que só se pode compreender uma obra levando em conta o contexto sócio-histórico em que foi gerada, que existem certas obras excepcionais que transcendem os meios em que foram produzidas. Dessa forma, essas obras apesar de fazerem referência a situações particulares, são capazes de continuar a nos dizer coisas relevantes, mesmo quando não mais existem os ambientes em que apareceram. (RICUPERO, 2000, p. 40)

A questão da transformação de certo conjunto de idéias em dogmas nos é de extrema importância para compreendermos o debate travado por Caio Prado, e é pelo combate ao dogmatismo no interior da esquerda brasileira que seu pensamento adquire papel de destaque na intelectualidade de sua época. E esse é um problema não só da esquerda brasileira, mas da América Latina em geral,

Na América Latina, e de um modo que ainda deve ser atentamente estudado, o leninismo se transformou na ideologia não só dos que o recuperaram no interior do movimento socialista, como também na ideologia de todas aquelas forças que surgiram da crise do pós-guerra com objetivos de transformação política e social. [...] Num continente desagregado e semicolonial, uma ideologia que tendia a situar tudo no terreno da política e que inspirava uma experiência social com a grandeza da soviética não podia deixar de se transformar num componente forte de todas as agregações políticas de tipo socialista ou nacional-revolucionária e populista, que proliferaram na América Latina nos anos 20 e 30. Portanto, se é possível falar nesses anos de uma crescente difusão do marxismo, é só na condição de esclarecer que o conhecimento das obras de Marx e de Engels foi filtrado através de leitura leninista e terceiro-internacionalista. (ARICÓ, 1987, p. 436-37)

A orientação da III Internacional para a estratégia política dos partidos comunistas dos países "atrasados" seguia um modelo de desenvolvimento histórico baseado no desenvolvimento do ocidente europeu, o que por sua vez foi analisado por Marx e Engels. A via clássica de desenvolvimento da sociedade burguesa, surgida da sociedade feudal e agindo para desintegrá-la, nos serve para apreender os caminhos históricos que

levaram até o surgimento do capitalismo no ocidente europeu, em especial a França e a Inglaterra. Mas, ao transformar as idéias de Marx e Engels em dogmas e modelos para compreender e classificar todas as sociedades, o que temos é a exclusão, ou pelo menos a redução, das especificidades de cada sociedade para que possa se encaixar nesse modelo.

Na incapacidade do leninismo de extrair todas as conseqüências derivadas da admissão da autonomia da revolução colonial reside, como decorrência, seu limite maior, o que o impediu de efetuar uma “tradução” adequada às realidades específicas do mundo não-europeu. Uma abertura como aquela entrevista por Lenin exigia necessariamente uma pesquisa autônoma das vias específicas para os diversos continentes e países, os diversos níveis histórico-sociais, as diversas configurações políticas e culturais; mas uma tal pesquisa não podia deixar de modificar o quadro estratégico geral em cujo interior se tentava subsumi-la. Privilegiar uma estratégia geral levava inevitavelmente a reduzir e até a desqualificar as realidades nacionais. (ARICÓ, 1987, p. 438-39)

Ao adotar o marxismo como aporte para a compreensão da realidade brasileira, Caio Prado realiza o que, a meu ver, seria o procedimento que mais estaria de acordo com os ideais de Marx e Engels no que diz respeito ao método em que deve se basear a análise. Seria como uma negação de toda a produção intelectual de tais autores partir de teorias abstratas e aplicá-las mecanicamente à realidade, como exposto na Ideologia Alemã, manuscrito que foi deixado para a “crítica roedora dos ratos”, “Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 86), carregando uma compreensão que poderíamos remontar pelo menos ao pensamento socrático, quando este se refere aos sofistas no diálogo Protágoras, de Platão, “corremos muito maior perigo na compra de conhecimentos do que na de alimentos para o corpo.” (PLATÃO, 1970, p. 232). Não nos interessa, aqui, nos estender sobre os pressupostos para a construção do conhecimento, o ponto central que nos interessa no tocante a essa questão é o de que, o conhecimento pretendido sobre qualquer realidade deve ser apreendido do próprio objeto, e não importado de realidades estranhas, e a validade que ele pode vir a assumir vai de encontro a sua capacidade de refletir o movimento real do objeto, e, como já foi exposto, o procedimento teórico adotado nas teses da III Internacional é justamente oposto a esse.

Ao se debruçar na análise das questões nacionais e nas mediações históricas que elas carregam Caio Prado tem como pressuposto básico que o método marxista não pode ser transposto sem passar por uma assimilação crítica, tendo em mente a idéia de que não existe um único caminho histórico que todas as sociedades devam seguir. Seu esforço é o de “nacionalizar” o marxismo, ironicamente é o mesmo operado pelo leninismo, como nos mostra Ricupero,

A grande obra do leninismo é precisamente esta, a de ter conseguido fazer com que o marxismo se traduzisse para as condições russas. A origem do marxismo-leninismo está mesmo, na feliz expressão de Richard Morse em uma “russificação” da doutrina original. (RICUPERO, 2000, p. 64-5)

Mérito este que pode também deve ser atribuído a outros dois grandes pensadores, para ficar em dois exemplos, o peruano José Carlos Mariátegui e o italiano Antonio Gramsci,

É possível, assim, considerar que Mariátegui e Caio Prado Jr., aos quais se pode acrescentar o italiano Gramsci, foram pensadores que, a partir de suas respectivas realidades nacionais, procuraram fazer uma obra comparável a empreendida por Lênin e seus camaradas, de “russificar” o marxismo. O ponto mais importante que os aproxima é justamente o reconhecimento da necessidade de agir a partir de realidades nacionais concretas. (RICUPERO, 2000, p. 67)

Ainda sobre Mariátegui, nos diz José Aricó:

Não se pode ignorar o papel decisivo que desempenhou Mariátegui nesta orientação radicalmente oposta à do marxismo oficial, [...] Se Mariátegui conseguiu fornecer da doutrina de Marx uma interpretação tendencialmente antieconomicista e antidogmática, numa época em que tentar isto nas fileiras comunistas era teoricamente inconcebível e politicamente perigoso, tal coisa foi possível por uma dupla situação que ajuda em parte a nos explicar como possa ter surgido no Peru um marxismo renovado. Em primeiro lugar, porque a formação marxista de Mariátegui se produz fora do movimento comunista e da Terceira Internacional; em segundo lugar, porque o movimento socialista peruano se

estrutura no quadro de um amplo movimento intelectual e político, não submetido à presença cerceadora do partido comunista nem à herança de um partido socialista que fixasse no movimento social a forte marca positivista que modificou o próprio marxismo. (ARICÓ, 1987, p. 450)

E é em um ambiente intelectual diverso ao de Mariátegui que Caio Prado desenvolve a maior parte de sua obra, foi enquanto militava pelo Partido Comunista Brasileiro, este alinhado com o Comintern, que ele publicou seus escritos de maior destaque, como Formação do Brasil Contemporâneo, História econômica do Brasil e A Revolução Brasileira, permanecendo filiado ao partido até sua morte em 1990, e é do ambiente político e intelectual da esquerda brasileira que retirará os pontos centrais de suas reflexões,

Pertence a um ambiente facilmente reconhecível: a esquerda brasileira. É inclusive esse meio que lhe fornece os temas que sente necessidade de confrontar – como a questão nacional, a questão agrária – e estabelece a terminologia que utiliza – imperialismo, nacionalismo, revolução etc. (RICUPERO, 2000, p. 45)

Outro ponto importante que marca o debate político e econômico na América Latina são as discussões a cerca da CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina, órgão da Organização das Nações Unidas. Criando um ambiente de debate para as questões econômicas da América Latina, a CEPAL se tornará um ambiente fértil para diversos intelectuais latino-americanos preocupados com o baixo nível de desenvolvimento das nações do continente e dedicados a criar vias de superação do atraso econômico e social,

De acordo com ela, a estrutura econômica heterogênea e especializada da periferia, que contrasta com a estrutura homogênea e diversificada do centro, geraria uma tendência ao desemprego estrutural, ao desequilíbrio externo e à deterioração dos termos de intercâmbio, que dificultariam o desenvolvimento. (RICUPERO, 2000, p. 84)

E, apoiado em suas já referidas teses sobre a especificidade do desenvolvimento histórico brasileiro, Caio Prado também nos apresentará críticas às formulações *cepalinas*, ponto importante, pois,

como nota Novais, só a partir da crítica à CEPAL que se desenvolve na América Latina uma tradição marxista próxima da preocupação de Mariátegui e Caio Prado, de entender a especificidade do subcontinente. (RICUPERO, 2000, p. 85)

A tese do sentido da colonização estabelece os pontos centrais do funcionamento da economia brasileira. Ao analisar o lugar ocupado pelo Brasil no funcionamento do sistema capitalista mundial, a divisão internacional do trabalho, Caio Prado oferece-nos a formulação de que o baixo nível de desenvolvimento da economia nacional pode ser explicado pelo fato da economia brasileira estar dependente de fatores que são externos a ela, o que pode ser estendido, com algumas ressalvas, ao restante do subcontinente. O papel de fornecedor de matérias-primas e produtos tropicais para o centro do sistema capitalista, assentando as forças produtivas no setor agrário-exportador, garante que o domínio industrial e tecnológico se desenvolva com maior facilidade no centro capitalista, criando o ciclo de exportação de produtos primários e importação de produtos de valor agregado. Colocando a questão em seu sentido histórico, só é possível explicar o alto nível de desenvolvimento dos países do centro capitalista tendo em vista que ele pressupõe o subdesenvolvimento da periferia capitalista, questão que ultrapassa os limites analíticos da CEPAL:

Assim, a CEPAL, devido a sua visão unilinear do desenvolvimento, não conseguiria refutar críticas fundamentais formuladas por economistas ortodoxos. Como diz nosso autor: “de fato, por mais que se explique com fatos rigorosos e precisos que o subdesenvolvimento brasileiro se deve à situação desvantajosa em que nosso país se vê colocado no comércio internacional – e é essa, em última análise, a conclusão geral da teoria do desenvolvimento (CEPAL) – poder-se-á sempre retrucar com uma pergunta irrespondível no plano estático e atual e que vem a ser ‘o porquê daquela situação’. Numa perspectiva apenas do momento presente, qualquer resposta importa num círculo lógico: a posição desvantajosa do Brasil é fruto de seu baixo nível econômico, e esse baixo nível deriva de sua posição desvantajosa. Em suma, o Brasil é pobre porque é pobre.” (RICUPERO, 2000, p. 86-7)

Conclusão

“A teoria da revolução brasileira, para ser algo de efetivamente prático na condução dos fatos, será simplesmente a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que resulta”

- Caio Prado Junior

O esforço de tentar compreender a realidade brasileira, e latino-americana, através da lente do marxismo foi, e o é, realizado por diversos autores. Mas, como foi tentado demonstrar, algumas das teses formuladas se defrontaram com o problema do dogmatismo e a cegueira com relação aos problemas sobre o qual pretendiam dar respostas. Pensar o Brasil a partir de experiências nacionais concretas é mérito do nosso autor, entre outros aqui mencionados, que também se valeram do marxismo, mas compreenderam que ele deve ser utilizado como ferramenta teórica para o estudo de realidades concretas, como Mariátegui e Gramsci, “Sabem, entretanto, que o socialismo não surgirá abstratamente do nada, mas ao contrário, de concretos bastante particulares, a nação italiana, peruana ou brasileira.” (RICUPERO, 2000, p. 67)

Caio Prado buscou na sua militância política e na sua produção intelectual dar respostas práticas aos dilemas enfrentados pela classe trabalhadora brasileira, e isso o levou a confrontar as abstrações produzidas pelos militantes ligados ao partido comunista e ao comintern, e a esquerda brasileira de maneira geral. Como, por exemplo, ele vai abordar o problema da questão agrária e dos trabalhadores do campo:

Apegando-se unicamente a um aspecto dessa reforma (agrária) que apresenta menores perspectivas de ação prática no momento, os seus defensores vêm contribuindo, embora inconscientemente no mais das vezes, para fazer da palavra de ordem da reforma cada vez mais um simples pretexto de agitação política de cúpula, traduzido em “slogans” que não atingem a massa trabalhadora rural (...) Na raiz dessa falseada orientação política está a incompreensão da realidade brasileira e do sentido profundo do nosso processo revolucionário, o que leva a distorções produzidas por erradas concepções teóricas que, consciente ou inconscientemente, se inspiram em situações econômicas e sociais completamente estranhas ao Brasil e aqui inexistentes. (PRADO, 1981, p. 167-68)

Tomando o Brasil como objeto a ser compreendido à luz do marxismo, seu desenvolvimento histórico e as classes sociais inerentes ao país, o método adotado por Caio Prado vai de encontro às aplicações mecânicas operadas pelo marxismo “oficial” para demonstrar seus equívocos e deturpações.

Se na Itália o problema camponês se confunde com a questão meridional, no Peru ele está relacionado com a questão indígena, enquanto no Brasil, em razão da grande exploração agrária, ela sequer existe, com o verdadeiro problema no campo sendo o dos trabalhadores rurais. (RICUPERO, 2000, p. 67)

O ponto central é compreender a particularidade das questões nacionais, assim como sua relação em um todo articulado, haja vista, o sistema capitalista global e sua divisão internacional do trabalho, onde o Brasil é parte integrante e fundamental no funcionamento da economia mundial.

Referências Bibliográficas:

ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). **História do Marxismo, volume VIII: O marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

PEDREIRA, Jorge Miguel. Economia e política na explicação da independência do Brasil. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A Independência Brasileira: Novas Dimensões.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PLATÃO. Protágoras. In: **Diálogos.** São Paulo: Melhoramentos, 1970.

PRADO JR., Caio. **A Questão Agrária no Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo (colônia)**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

_____. **História Econômica do Brasil**. 17ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1974.

REIS, José Carlos. Caio Prado Jr. *versus* PCB: *A revolução brasileira (1966)*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão (Org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a Nacionalização do Marxismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2000.